

Aprofundando o diagnóstico da crise da democracia em relação à crise do *welfare state*: uma crítica a Yascha Mounk

Deepening the diagnosis of the crisis of democracy in relation to the crisis of the welfare state: a critique of Yascha Mounk

Georgheton Melo Nogueira Filho

Antônio Olegário Ferreira Neto

Resumo: O presente trabalho discute a relação da crise da democracia em sua relação com a crise do *welfare state*. Para tanto, primeiramente foi discutida a relação entre a crise do *welfare state* e a queda da taxa de lucro a partir da década de 1970, quando começou a se desdobrar a crise do capital. Em seguida, tomando como ponto de partida a relação observada pelo cientista político Yascha Mounk (2018) entre a crise da democracia liberal e a estagnação econômica e suas consequências socioeconômicas, observou-se que a crise da democracia se relaciona de maneira direta com a crise do *welfare state* – na medida em que ela é a expressão da deterioração material das condições de vida – e de maneira indireta com a crise do capital, por meio da mediação da crise do *welfare state*. Toda a discussão teve como base teórica a crítica marxiana da economia política.

Palavras-chave: Crise do capital. Crise do *welfare state*. Crise da democracia. Queda da taxa de lucro.

Abstract: This paper discusses the relationship between the crisis of democracy and the crisis of the welfare state. To this end, it first discussed the relationship between the crisis of the welfare state and the falling rate of profit from the 1970s, when the crisis of capital began to unfold. Then, taking as a starting point the relationship observed by political scientist Yascha Mounk (2018) between the crisis of liberal democracy and economic stagnation and its socioeconomic consequences, it was observed that the crisis of democracy is related in a direct way to the crisis of the welfare state - to the extent that it is the expression of the material deterioration of living conditions - and in an indirect way to the crisis of capital, through the mediation of the crisis of the welfare state. The entire discussion was based on Marxian critique of political economy.

Keywords: Crisis of capital. Crisis of the welfare state. Crisis of democracy. Fall in the rate of profit.

1. Introdução

Marx, em *Contribuição à crítica da economia política*, afirmou que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (2008, p. 49). Com isso, no entanto, o pensador alemão não queria dar a entender que na economia política a sociedade burguesa já estivesse suficiente e devidamente anatomizada, como se àqueles desejosos por conhecê-la bastasse o mero estudo de Adam Smith e David Ricardo. Se assim fosse, todo seu labor intelectual não passaria de simples repetição.

Na verdade, o modo como o autor de *O capital* lida com a economia política, a ponto de considerá-la o *locus* onde procurar a “anatomia da sociedade burguesa”, é muito mais sutil e responsável. Para Marx, aproximar-se da economia política deve ser um movimento cuidadoso e duplo: fazer jus às suas conquistas teóricas e identificar os seus limites. Foi nesse espírito que ele escreveu: “a economia política clássica chega muito próximo à verdadeira relação das coisas, porém sem formulá-la conscientemente” (2013, p. 612).

A incapacidade própria da economia política clássica em alcançar tal formulação consciente, advinda da sua perspectiva burguesa de classe e da natureza socialmente determinada da apreensão científica da realidade social, não pode ser aqui tematizada. O que se quer aqui é observar brevemente de que maneira Marx lidou com esse ponto fulcral da economia política clássica, seu limite em apreender efetivamente a “verdadeira relação das coisas”. Para tanto, deve-se ter em conta o próprio subtítulo que acompanha os três livros de *O capital*, a saber: crítica da economia política.

Crítica, em Marx, não se reduz a um exercício teórico de mera identificação e contestação dos elementos negativos – equívocos e mistificações – da economia política. Pelo contrário, continua a ser *crítica* também diante de seus elementos positivos – avanços na apreensão do real –, e mesmo tais elementos positivos podem estar contaminados de equívocos e regressões¹. Para a crítica marxiana da economia política, trata-se, portanto, de superar os limites da economia política clássica tanto em seus equívocos e regressões, quanto em seus avanços teóricos alcançados.

Ademais, *crítica* também não se reduz à mera superação dos equívocos e avanços parciais da economia política. Na superação destes elementos, a *crítica* marxiana se move em direção a apreensão consciente da “verdadeira relação das coisas”, buscando “rastrear

¹ A título de exemplo, a certa altura do Livro II de *O capital* (cf. Marx, 2014, p. 275-303), partindo de determinado avanço da teorização de Smith em relação a Quesnay, Marx inicia um momento de crítica aos aspectos problemáticos e regressivos de Smith em relação ao próprio Quesnay.

seu nexos interno” (Marx, 2013, p. 90) para além das formas fenomênicas sob as quais as coisas se apresentam imediatamente à consciência do pesquisador. É neste sentido *crítico*, portanto, que “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”.

Correndo o risco de cair em mera e inócua divagação, o motivo desta digressão encontra sua justificação na explicitação de um artifício utilizado no decorrer do artigo: reivindicamos este sentido de *crítica* no tratamento dado a algumas importantes questões postas por Yascha Mounk em *O povo contra a democracia* (2018). Da mesma maneira que, apesar de insuficiente e relativamente equívoca em suas teorizações, a economia política clássica identificou e colocou para o conhecimento da sociedade burguesa e do modo capitalista de produção que lhe dá sustentação² inúmeras problemáticas reais e relevantes, Mounk, apesar de suas insuficiências e equívocos, identificou e discutiu importantes problemáticas acerca da crise da democracia.

A partir desse autor contemporâneo, o presente trabalho toma como objeto a crise da democracia em relação à crise do *welfare state*, objetivando contextualizá-las na quadra de desenvolvimento histórico capitalista a partir de meados da década de 1970. Para investigar tal relação, reivindica-se, como já ficou patente, a crítica da economia política, desenvolvida principalmente em *O capital* de Marx.

Excetuando a introdução e a conclusão, o presente trabalho é constituído por dois tópicos. O primeiro, intitulado *A crise do welfare state na crise do capital*, contextualiza a origem da crise do *welfare state* no interior do desenvolvimento histórico capitalista. O segundo, intitulado *Da crise do capital à crise da democracia*, discute como a crise da democracia se relaciona com a crise do capital por meio da mediação da crise do *welfare state*.

2. A crise do *welfare state* na crise do capital

A crise do *welfare state* não é um fenômeno já encerrado, restrito ao passado recente das décadas finais do século XX. Pelo contrário, é um fenômeno que já alcança entre quatro e cinco décadas de existência mas cujo processo ainda se desdobra na atualidade. Assim sendo, falar em crise do *welfare state* não se confunde necessariamente com a opinião de que o *welfare state* tenha deixado de existir. Como será defendido mais adiante, parece ser mais condizente com a sua realidade efetiva expressar a coisa como

² Em sua obra, Marx refere-se a um “regime social determinado pelo modo de produção capitalista” (2014, p. 141): um regime social que não se confunde com o modo de produção, mas que dele não se dissocia.

uma inadequação crescente dessa forma do Estado moderno com a condição e a dinâmica econômica capitalista desde meados da década de 1970. Nessa condição, o *welfare state* se vê não apenas seriamente reduzido e erodido, mas também virado “de cabeça para baixo” (Huws, 2022, p. 31).

Como seria irrazoável afirmar a crise de algo indeterminado, antes de prosseguir é preciso identificar algumas determinações do que seja o *welfare state*. Para os propósitos do presente trabalho, importa aquelas determinações econômicas mais fundamentais que lhe asseguram a própria existência.

Foi afirmado que o *welfare state* é uma forma do Estado moderno, mas por quê? O que seria uma forma do Estado moderno? Trata-se de uma especificidade assumida por aquilo que é comum a todas as formas, por aquilo que constitui o Estado moderno enquanto tal. Se a relação Estado-capital é constitutiva do Estado moderno, como de fato é, e, portanto, é particularizada em cada uma de suas formas, então, o *welfare state* é uma forma do Estado moderno.

Essa relação é particularizada no *welfare state* pela centralidade da tributação do capital levada a cabo pelo Estado, seguida pela redistribuição do rendimento em direção a largos setores da sociedade.

Essa é uma determinação identificada, de uma forma ou de outra, por todos os teorizadores do *welfare states*. Huws, por exemplo, é precisa ao afirmar que o *welfare state* “representou uma redistribuição sem precedentes históricos – ainda que limitada – do capital em favor do trabalho” (2022, p. 28). E mesmo teóricos vulgares como Hayek, para quem o *welfare state*, como forma de planejamento centralizado da atividade econômica, conduziria ao totalitarismo³, soube conceituá-lo corretamente: “[...] redistribuição extensiva da renda por meio da tributação e das instituições do estado previdenciário (*welfare state*)” (2010, p. 27). A conceituação do *welfare state* não representa, portanto, grandes desavenças, embora possa se revelar bastante intrincada em estudos mais sérios e detalhados, como revela a tipologia *welfarista* de Esping-Andersen (1991). Diferentemente, como se poderá constatar mais adiante, é na caracterização da crise do *welfare state*, mais especificamente na identificação de suas causas e perspectivas futuras, onde mora o verdadeiro problema.

³ Diante do sucesso do *welfare state* e da social-democracia na Suécia por décadas e sem nenhuma suspeita de totalitarismo, é digno de nota que Hayek, no prefácio da edição inglesa de 1976 de *O caminho da servidão* (2010), três décadas após a sua publicação em 1944, precisou fazer todo tipo de malabarismo lógico para sustentar a permanência da validade de sua tese segundo a qual o *welfare state* levaria ao totalitarismo.

Historicamente, embora alguns autores identifiquem a sua origem já nas derradeiras décadas do século XIX (cf. Kerstenetzky, 2012), é consensual que foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o *welfare state* tenha realmente atingido uma considerável amplitude, uma forma desenvolvida. As razões para tanto são variadas. Huws, por exemplo, sustenta que a “solidariedade incomum” permeada na classe trabalhadora britânica no pós-guerra favoreceu o desenvolvimento do *welfare state* no Reino Unido:

As velhas divisões entre os trabalhadores organizados e o que os marxistas chamam de “exército de reserva” de mão de obra eram entrecruzadas por laços, se não de forte solidariedade, pelo menos de algum entendimento mútuo. Pessoas que estiveram juntas em filas de racionamento e lutaram lado a lado na guerra poderiam se unir em torno de algumas aspirações comuns, inclusive do desejo de um governo trabalhista. [...] Em tal clima, foi possível, para os sindicatos que representavam os trabalhadores organizados, apoiar demandas que iam além dos interesses seccionais de seus membros, estendendo-os para atender a toda a população. (2022, p. 27).

Dentre outras razões⁴, aqui importa considerar em sua centralidade o contexto histórico-econômico capitalista sobre o qual aquele aspecto fundamental do Estado *welfarista* (sua relação de tributação com o capital e redistribuição do rendimento para o trabalho) se desenvolveu e se manteve sem grandes tensões até meados da década de 1970.

Abstraindo da imensa destruição de capitais provocada pela guerra e que possibilitou um crescimento econômico incomum nos anos posteriores – aspecto recentemente debatido por Piketty (2014) –, assim como de outras contextualidades econômicas igualmente relevantes, focalizar-se-á na relação entre o *welfare state* e as flutuações na taxa média de lucros dos países *welfaristas*.⁵

⁴ Havia, por exemplo, o medo patronal e governamental em relação à experiência soviética, criando “os estímulos ou receios necessários para consolidar as convicções “socialmente orientadas” de todos os governos, aí incluídos os conservadores, os democrata-cristãos e os liberais” (Fiori, 1997, p. 134).

⁵ Servimo-nos aqui do entendimento mandeliano segundo o qual as flutuações na taxa de lucros são o “mecanismo central, que por sua própria natureza constitui uma expressão sintética de *todas* as mudanças a que está permanentemente sujeito o capital” (Mandel, 1982, p. 90). Neste sentido, os níveis da taxa de lucro podem expressar, como será debatido, maior ou menor aversão do capital no que diz respeito à sua relação com o *welfare state*.

Para uma observação empírica das flutuações na taxa média de lucros dos países do G20, conferir um recente artigo de Roberts (2022). Embora apenas parte dos países do G20 sejam Estados *welfaristas*, os dados compilados por Roberts fornecem uma boa imagem da flutuação da taxa média de lucro nesses Estados.

O estudo da taxa de lucro, sua tendência à queda e suas causas contra-arrestantes está contido no Livro III de *O capital* (Marx, 2017). Segundo Marx, a taxa de lucro expressa a razão mais-valor/capital total, sendo o capital total a soma do capital variável (força de trabalho) mais o capital constante (meios de produção). Ainda segundo ele, devido à crescente composição orgânica do capital, isto é, o decrescimento do capital variável proporcionalmente ao capital constante, a taxa de lucro tende a cair, dado que o mais-valor, à medida em que é produzido pela parte variável do capital, diminui em relação ao capital total. As causas contra-arrestantes, por sua vez, como a elevação da taxa de exploração acima do grau de elevação da composição orgânica do capital, podem reverter a queda da taxa de lucro, porém apenas temporariamente.

O contexto econômico no qual os *welfare states* encontraram sua máxima realização em muitos países de capitalismo avançado foi marcado por elevadas taxas de lucro. Pensando à maneira mandeliana, os *welfare states* marcaram a história (europeia) do século XX no contexto da onda longa expansiva que abriu a era tardia do capitalismo – onda longa caracterizada, como todas as ondas longas na história do capitalismo, por crises cíclicas breves e pouco significativas e taxas de lucratividade suficientes (do ponto de vista do capital). Mas há alguma relação entre as flutuações da taxa de lucro e o *welfare state*? Se sim, por que os níveis da taxa média de lucros no pós-guerra tornaram propício o desenvolvimento dos *welfare states*?

Entre as flutuações da taxa de lucro e o *welfare state* há uma relação multidimensional. Aqui, considerar-se-á apenas uma dimensão, que diz respeito diretamente ao próprio conceito econômico de *welfare state*, ou seja, aquela referente à tributação do capital pelo Estado.

Verifica-se histórica e logicamente que, com níveis elevados da taxa média de lucros, o capital (e suas personificações, os capitalista individuais) assume objetivamente uma reduzida aversão à tributação de si pelo Estado e às práticas redistributivas que lhe seguem – embora subjetivamente sua dinâmica cumulativa seja contrária a qualquer forma de redução do seu lucro. Em uma situação oposta, sua aversão é exacerbada. Eis a relação geral entre as flutuações da taxa de lucro e o *welfare state*.

No pós-guerra, onde as taxas de lucros nos países *welfaristas* se encontravam elevadas, tal relação é facilmente percebida, embora o medo patronal da experiência soviética concomitantemente desempenhasse um fator determinante dentre vários outros fatores aqui abstraídos.

Portanto, tal contexto econômico se traduziu em um nível tênue das contradições capitalistas (expressas sinteticamente na taxa média de lucros), que se traduziu, conseqüentemente, em uma igualmente tênue relação Estado-capital, sobre a qual os *welfare states* puderam ser construídos sem grandes entraves antagônicos entre as classes sociais. O caráter tênue desta relação, por sua vez, talvez seja constituidora do conceito de *welfare state*. Neste sentido, seu conceito não se dissocia de sua experiência histórico-econômica no pós-guerra.

Tal característica tênue das contradições econômicas capitalistas deste contexto não era aparente, no entanto, era temporária.

O desenvolvimento histórico capitalista é atravessado por um processo não-linear de acirramento das contradições do capital, que replica a lógica da acumulação. Como

Marx (2013) demonstrou, a reprodução do capital não se realiza enquanto reprodução simples, mas sim enquanto reprodução ampliada. Da mesma maneira, no processo histórico capitalista não se verifica uma reprodução simples de contradições, como se as mesmas contradições permanecessem no mesmo patamar problemático desde sempre e para sempre. Pelo contrário, verifica-se uma reprodução ampliada dos níveis das contradições, dado que elas tendem ao acirramento, cujo exemplo mais emblemático é a lei da queda tendencial da taxa de lucro (Marx, 2017).

Neste sentido, a década de 1970 marcou um ponto de virada crucial no desenvolvimento histórico capitalista. Ela deve ser entendida de acordo com o comentário de Carchedi ao famoso trecho de *Contribuição à crítica da economia política* onde Marx afirma a contradição entre relações de produção capitalista e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho:

Traditionally, this passage has been read within the context of a theory of transition from capitalism to socialism or communism. *But it applies just as well to the transition from one historical phase of capitalist development to the following one* (2018, p. 36 – itálico nosso).

Este ponto de virada na história do capitalismo elevou o seu patamar contraditório, no qual, condizente ao entendimento mandeliano segundo o qual as “flutuações na taxa de lucros” são a “expressão sintética de *todas* as mudanças a que está permanentemente sujeito o capital”, os níveis da taxa de lucratividade do capital continuaram a ser centrais para a dinâmica econômica e para a relação Estado-capital – porém, não mais em um sentido positivo, como o fora nas décadas imediatas ao pós-guerra, mas em um sentido totalmente negativo, como expressão de uma época de crises, ela mesma assentada na *crise do capital*.

A primeira manifestação significativa da crise do capital, a assim chamada crise do petróleo, que, para alguns economistas, ocorreu entre 1973-1975 e, para outros, entre 1974-1975, é a “*conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros*” (Mandel, 1990, p. 23)⁶ que se iniciara em 1967. Concomitantemente, tal crise foi marcada pela “sincronização internacional do ciclo industrial” (Mandel, 1990, p. 11), condição econômica internacional desconhecida a partir da Segunda Guerra Mundial e que inviabilizou às economias nacionais amenizarem suas crises cíclicas de superprodução por meio da exportação no comércio internacional. Ainda segundo o economista trotskista, o

⁶ Mandel também elenca outros processos que produziram a recessão de 1974-1975. Além da queda da taxa média de lucros, o “crescimento regular da *capacidade ociosa de produção da indústria*” (1990, p. 26) também é elencado como um dos “traços” que caracterizou a recessão como uma crise clássica de superprodução. No entanto, somando-se a esses “dois traços” clássicos, duas particularidades de tal recessão também são por ele investigadas, entre as quais uma em especial foi de importância marcante: a *estagflação*.

fenômeno da *estagflação* particularizou o período e representou uma novidade na história das crises capitalistas, dado que “a inflação deixa progressivamente de ter um efeito estimulante sobre a atividade produtiva capitalista no seu conjunto” e “começa mesmo a ter efeitos perversos” (1990, p. 29).

Perante essa “desventura” da economia capitalista internacional, a política-econômica constituidora do *welfare state* se tornou o alvo contra o qual foram desferidos múltiplos e coordenados ataques: econômicos, políticos e ideológicos.

Os neoliberais aproveitaram a ocasião [da estagflação] e, numa operação relâmpago de propaganda ideológica sem paralelo, colaram Keynes, o ‘estado keynesiano’ e as políticas keynesianas no banco dos réus, culpando-os de todos os males do mundo (Nunes, 2011, p. 3). E não há dúvida de que os adeptos do monetarismo souberam responsabilizar por essas dificuldades o keynesianismo e as políticas keynesianas, acusadas de ‘produzirem’ a inflação ao persistirem nas políticas de pleno emprego, na miragem de obterem indefinidamente taxas de desemprego politicamente toleráveis, em vez de deixarem que o jogo das forças do mercado estabelecesse (ou restabelecesse) o pleno emprego. E souberam colher em seu proveito os frutos de uma década decepcionante, que terminava com largos sectores da opinião pública imputando à inflação e ao keynesianismo todos os males do mundo (Nunes, 1991, p. 31).

É esse o contexto histórico-econômico no qual se origina e se desdobra a crise do *welfare state*: um contexto no qual o nível até então tênue das contradições capitalistas é novamente elevado e cuja “expressão sintética” se encontra na queda acentuada e estrutural da taxa média de lucros dos países *welfaristas*⁷.

De maneira breve nos *Grundrisse*, Marx observa que “a queda da taxa de lucro pode ser contida pela eliminação das deduções existentes sobre o lucro, p. ex., *queda dos impostos*, diminuição da renda da terra etc.”, e logo em seguida afirma que essas deduções

⁷ Como já deve ter se tornado óbvio para leitores marxistas, no presente artigo está abstraída uma dimensão importantíssima para análise do *welfare state*, a saber: a divisão internacional do trabalho e a exploração internacional do trabalho que lhe é característica. Essa dimensão assume uma importância ainda mais crucial para o estudo da crise do *welfare state* à medida em que, embora também em queda, as taxas médias de lucros dos países explorados (onde a forma *welfarista* de Estado não se desenvolveu e não se consolidou) são maiores, dado que neles o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho se realizou e se realiza de maneira aquém em relação aos países majoritariamente exportadores de capital, o que, conseqüente, traduz-se numa menor composição orgânica do capital. Adicionalmente, nos países explorados há uma preponderância da extração absoluta de mais-valor, o que favorece a taxa de lucratividade dos capitais exportados pelas grandes potências internacionais, onde prepondera a extração relativa do mais-valor. Como explica Sartori: “[...] o solo sobre o qual se coloca a conquista de direitos no campo do trabalho e da educação é aquele da extração do mais-valor relativo; assim, há de se pensar que, se, eventualmente, tem-se uma derrota histórica da classe trabalhadora, ou a queda da taxa de lucro colocada de tal modo que deve-se – do ponto de vista capitalista – buscar a extração do mais-valor absoluto, há uma chance bastante grande da perda destes direitos, colocada na ofensiva do capital. [...] não há qualquer tendência inabalável ao incremento de direitos sob a ordem capitalista. O processo está relacionado ao incremento do mais-valor relativo em detrimento do absoluto e, em verdade, é necessário que se considere aspectos bastante meandrados sobre o assunto, como a divisão internacional do trabalho, ao analisar a questão” (2021, p. 24-26).

Seguindo os procedimentos marxianos característicos aos modos de investigação e exposição, tal abstração será desfeita em um trabalho posterior, onde as determinações encontradas no presente artigo poderão ser inseridas em um nível mais concreto da análise. “Só mediante este recurso [abstração] é possível não falar sempre de tudo a propósito de todas as relações” (Marx, 2020, p. 126).

têm uma “relevância prática” (2011, p. 628 – itálico nosso). A política-econômica neoliberal, embora tenha reagido à queda contemporânea da taxa de lucro privilegiando o ataque aos sindicatos, às políticas salariais e demais direitos trabalhistas, objetivando, com isso, aumentar a taxa de exploração para contra-arrestá-la⁸, também reagiu negativamente à configuração progressiva dos sistemas tributários *welfaristas*. De uma tributação estatal centralizada no capital seguida por uma ampla redistribuição do rendimento para o trabalho, a política-econômica neoliberal tomou as rédeas do Estado e reconfigurou regressivamente os sistemas tributários: o ônus da tributação passou a cair sobre o trabalho.

Recentemente, observando essa inversão tributária no Reino Unido, foi Huws quem observou a problemática de maneira bastante perspicaz. Ironizando a opinião corrente de que o neoliberalismo advoga *tour court* um Estado mínimo⁹, ela questiona de maneira retórica: “as estatísticas não mostram que o montante de dinheiro gasto em segurança social, saúde e pensões está maior do que nunca?”.

Tal visão não considera a imensidão das mudanças que ocorreram no período intermediário. O Estado de bem-estar social do século XXI [...] agora tem um caráter fundamentalmente diferente. Longe de redistribuir dos ricos para os pobres, ou do capital em favor do trabalho, agora atua como um veículo para seu exato oposto: uma redistribuição dos pobres para os ricos, do trabalho em favor do capital (2022, p. 28-92).

Soma-se também o fato de que as terceirizações puseram o capital privado como intermediador dos serviços anteriormente fornecidos diretamente pelo Estado (cf. Huws, 2022, p. 30). Diante desse cenário, é justa a caracterização de um “Estado de bem-estar de cabeça para baixo” (Huws, 2022, p. 31), onde “os sistemas de bem-estar social evoluíram para uma maneira disfarçada de redistribuição do trabalho em favor do capital, não do capital em favor do trabalho” (Huws, 2022, p. 34) – sinteticamente, trata-se de um “*welfare state* neoliberal” (Huws, 2022, p. 38).

Portanto, no que diz respeito à sua dimensão econômica fundante, ou seja, àquela dimensão que permite ao *welfare state* ser o que ele é (tributação do capital, redistribuição do rendimento para o trabalho), a crise do *welfare state* é o mais-valor se recusando a assumir a subforma¹⁰ de tributos estatais em um contexto de queda acentuada e estrutural da taxa média de lucros dos países *welfaristas*. Ademais, à medida em que é um conjunto de medidas contra-arrestantes à queda tendencial contemporânea da taxa de lucro, pondo

⁸ O aumento da taxa de exploração do trabalho como causa contra-arrestante à queda tendencial da taxa de lucro está contida no décimo quarto capítulo do Livro III de *O capital* (Marx, 2017, p. 271-274).

⁹ Netto observa que o suposto Estado mínimo é, na verdade, o “*Estado máximo para o capital*” (2012, p. 89).

¹⁰ Marx (2017) se refere aos tributos como uma “dedução” que assume uma “subforma” do mais-valor, assim como o juro de capital, a renda fundiária etc.

em prática não apenas uma elevação da taxa de exploração, mas também uma redução da tributação do capital, tal como foi indicado anteriormente, a política-econômica neoliberal é a política-econômica da crise do *welfare state*.

A crise do *welfare state* – que não esgota sua explicitação na causa aqui exposta – tem sua origem, portanto, na crise daquela dimensão econômica (fundante) do Estado *welfarista*. Como dito no parágrafo inicial deste tópico, é a crescente inadequação da forma *welfarista* do Estado moderno com o capital em sua condição e dinâmica acumulativa contemporâneas, caracterizadas por baixíssimas e declinantes taxas de lucratividade.

3. Da crise do capital à crise da democracia

Em *O povo contra a democracia* (2018), recente obra do cientista político Yascha Mounk, a origem da crise da democracia e suas possíveis soluções foram tematizadas. Embora a obra como um todo parece ser um encadeamento inconciliável de posições sociais-democratas e neoliberais, indo da defesa da modernização do sistema tributário¹¹ com vistas à construção de um *welfare state* moderno à positivação da independência dos Bancos Centrais¹², seu autor identificou com perspicácia uma¹³ dimensão a partir da qual se originou a crise democrática contemporânea (nas palavras dele, uma “crise da democracia liberal”).

Segundo Mounk, “em décadas recentes [...] o progresso econômico de economias desenvolvidas diminuiu radicalmente” (2018, p. 186), ao que se somou um aumento da desigualdade a partir da década de 1980. Consequentemente, “o efeito combinado do crescimento reduzido e da aceleração da desigualdade foi a estagnação no padrão de vida de enormes setores da população” (Mounk, 2018, p. 187).

¹¹ Mounk chega mesmo a sugerir o aprisionamento de evasores fiscais: “os governos podem, por exemplo, mudar o comportamento dos riquíssimos aumentando as penas por evasão fiscal de grande monte, investindo mais dinheiro na investigação de fraudes e se dispondo mais a pagar por dados financeiros vazados que possam levar a condenações: se o aventureirismo financeiro pusesse indivíduos ricos em risco real de acabar na cadeia, seriam muito menos propensos a embarcar nele” (2018, p. 265).

¹² Embora assuma posições monetaristas ao discutir e defender a independência dos Bancos Centrais, a preocupação de Mounk parece ser mais política do que econômica, contudo, sem abandonar o discurso tecnicista que aí permeia: “levar a independência aos bancos centrais deixaria as decisões sobre taxas de juros nas mãos de quem está a salvo desse tipo de incentivo [político eleitoral] de curto prazo, impulsionando o desempenho econômico de longo prazo” (2018, p. 92). Com tal entendimento tecnicista acerca da política monetária e das “decisões sobre taxas de juros”, é sintomático o fato de que em nenhum momento de seu livro Mounk coloca em questão a problemática do rentismo e da financeirização da economia em relação à crise da democracia, mesmo debatendo uma dimensão de sua origem na estagnação econômica.

¹³ Mounk, na verdade, elencou três dimensões onde se originou a “crise da democracia liberal”: a estagnação econômica em curso nas últimas décadas, as mídias sociais e a problemática envolvendo a identidade nacional. Dado os propósitos do presente trabalho, aqui se debate apenas a primeira dimensão (estagnação econômica).

Qual a consequência desse cenário econômico e socioeconômico para a “democracia liberal”?

Ao contestar o entendimento de que a igualdade política (“igualdade dos cidadãos”), expressa no direito universal ao voto, acoplada à liberdade na vida privada (“liberdade dos cidadãos”)¹⁴ seja suficiente para a preservação da legitimidade da “democracia liberal”, Mounk infere:

As evidências parecem sugerir [...] que os cidadãos passaram a demonstrar lealdade por seu sistema político porque ele zelava pela paz e mantinha seus bolsos cheios, não por terem um comprometimento profundo com seus princípios mais fundamentais. [...] Se isso for verdade, o apego popular à democracia liberal pode na verdade ser mais superficial e frágil do que seus mais bem-intencionados defensores tendem a acreditar. E isso ajudaria muito a explicar os atuais reveses que a democracia liberal enfrenta. Conforme se mostram menos aptas a atender às necessidades de seus cidadãos, as democracias liberais conhecem uma profunda “crise de desempenho” (Mounk, 2018, p. 160).

Neste sentido, nas décadas progressas a 1980, conforme nos informa Mounk, “o tipo de progresso econômico rápido que foi o padrão no pós-guerra [e que assegurou um crescente padrão de vida] bastou para dar à democracia liberal um bocado de legitimidade” (2018, p. 189). Mas o que esteve por trás desse “progresso econômico rápido” e também da “estagnação econômica” que vem caracterizando as últimas décadas?

Mounk não hesita em derivar os padrões socioeconômicos estagnados e desiguais de escolhas políticas equivocadas diante das transformações econômicas das últimas décadas (ampliação do comércio internacional, avanços tecnológicos e automação) – por exemplo, as escolhas políticas dos governos Reagan nos Estados Unidos (cf Mounk, 2018, p. 259-260). Diferentemente, seu discernimento acerca das transformações e da estagnação econômica em si é vacilante. Ainda assim, ele aponta para um importante aspecto que aí permeia. Diz Mounk:

A desesperança econômica das últimas décadas não raro é descrita como se fosse causada por forças naturais, sobre as quais os políticos não têm controle. *O avanço tecnológico e a automação, dizem, substituíram milhões de empregos.* [...] Existe um grande fundo de verdade nessa história. Seria extremamente difícil para um governo nacional interromper o avanço tecnológico ou impedir o comércio internacional (2018, p. 261 – itálico nosso).

Para além do politicismo ponderado, que controla as consequências socioeconômicas mas não as transformações econômicas¹⁵ (estas sim, insuperáveis e como

¹⁴ Para Mounk, “a genialidade peculiar da democracia liberal é que ela é capaz de observar os dois valores ao mesmo tempo” (2018, p. 159): igualdade política e liberdade na vida privada.

¹⁵ “[...] embora as tendências [econômicas] subjacentes de fato escapem ao controle de governos nacionais, os efeitos corrosivos que tiveram no bolso e na postura de cidadãos comuns são resultados do fracasso da política. Sim, a tecnologia está afetando muitas profissões tradicionais, porém o Estado poderia fazer muito mais para garantir que as pessoas mais atingidas por essas mudanças tenham uma vida material digna” (Mounk, 2018, p. 261). Sobre “possíveis reações em termos de políticas” (Mounk, 2018, p. 387), Mounk indica um recente artigo intitulado *Policy Solutions to Technological Unemployment* (Marchant; Stevens, 2017), no qual são elencadas

que causadas “por forças naturais” no ideário típico liberal), Mounk aponta para a questão do avanço tecnológico e suas consequências sociais (politicamente *superáveis*, para ele). Evidentemente que seu raciocínio liberal inviabiliza a apreensão do caráter contraditório do processo econômico capitalista – aí incluído o avanço tecnológico –, mas esse “continua a existir em sua autonomia fora da cabeça” (Marx, 2011, p. 55). É necessário, assim, ir além da analítica mounkiana para identificar as consequências econômicas do avanço tecnológico e, em seguida, visualizar suas mediações em relação ao contexto socioeconômico de estagnação dos padrões de vida e desigualdade apontado por Mounk como deletério à legitimidade da “democracia liberal”.

O impacto econômico dos avanços tecnológicos sob a sociedade capitalista é múltiplo: da elevação tendencial da composição orgânica do capital ao aumento do desemprego a ela relacionada, da elevação da produtividade do trabalho à queda da taxa de lucro¹⁶ (Marx, 2013; 2017).

Como afirmado no tópico anterior, na medida em que é a “expressão sintética” (Mandel, 1982, p. 90) dos movimentos do capital, a taxa de lucro é central para a dinâmica econômica. Historicamente, conforme seus níveis estiveram elevados nas três décadas imediatas ao pós-guerra, a acumulação de capital se traduziu em crescimento econômico, taxas de emprego elevadas e em uma “permissividade” capitalista em relação à tributação estatal do capital e à redistribuição do rendimento (aspecto fundante do *welfare state*). Tal contexto econômico produziu um padrão de vida elevado e uma perspectiva de futuro positiva por parte dos cidadãos das democracias nos países de capitalismo avançado. E era justamente esse contexto socioeconômico positivo que, como argumenta Mounk, preservava a legitimidade da “democracia liberal”.

Diante da queda acentuada e estrutural da taxa de lucro a partir de meados da década de 1970, ambos os contextos – econômico e socioeconômico – sofreram uma inflexão. Do “progresso econômico rápido” e do padrão de vida elevado e crescente que conferiam “à democracia liberal um bocado de legitimidade” (Mounk, 2018, p. 189) quase nada restando, a “crise da democracia liberal” começou se desdobrar na década de 1980 (Mounk, 2018).

como soluções políticas ao desemprego tecnológico: criação de empregos pelos governos, compartilhamento de uma mesma jornada de trabalho entre mais de um trabalhador, capacitação da força de trabalho etc.

¹⁶ Segundo Carchedi, “the fall in the profit rate is the synthetic manifestation of this contradiction: higher productivity but lower profitability” (2018, p. 37).

Na medida em que a estagnação dos padrões de vida e a deterioração das perspectivas de futuro¹⁷ dos cidadãos são expressões da crise do *welfare state* (cujas consequências socioeconômicas podem ser descritas como uma crise do *welfare*, do bem-estar), essa está intimamente relacionada a essas dimensões da origem da “crise da democracia liberal”. Eis a relação entre ambas as crises. Por sua vez, estando a crise do *welfare state* diretamente relacionada à crise do capital (expressa sinteticamente na queda contemporânea da taxa de lucro), a crise da democracia, que se relaciona também diretamente à primeira, está indiretamente relacionada à última – à crise do capital. Tal relação indireta é, então, mediada pela crise do *welfare state*. Eis como se forma a relação entre as três crises.

A crise da democracia, portanto, tal como a crise do *welfare state*, não é um processo que esgota sua explicação ao nível da política em si. Ao contrário, seu tratamento analítico deve ser mais complexo, mais mediado, contextualizando-a no cenário histórico mais amplo do desenvolvimento capitalista, onde se desdobra, desde meados da década de 1970, a crise do capital. Com esse procedimento analítico mais amplo, onde a totalidade não é desconsiderada enquanto escopo da investigação, mesmo a dimensão própria da política – onde a crise da democracia se apresenta de maneira imediata – sai mais mediada e, portanto, mais determinada.

4. Conclusão

De tudo o que foi dito, o ponto fulcral é o que segue: a crise da democracia se processa no contexto das crises do capital e do *welfare state*. No entanto, ela se relaciona de maneira distinta com cada uma delas: de maneira direta com a crise do *welfare state* (na medida em que ela é a expressão política da deterioração material das condições de vida) e de maneira indireta e, portanto, mediada com a crise do capital. Por sua vez, tal relação indireta com a crise do capital é mediada pela crise do *welfare state*.

Sobre a importante discussão acerca das *possibilidades* ou *impossibilidades* de superação dessas crises, que não se encerra em simples conclusões do tipo “sim, é possível superá-las” ou “não, é impossível superá-las”, mas que remete à distinção teórica e prática entre *superação* e *suspensão temporária* das crises, ela não foi aqui tematizada, devendo sê-la em um trabalho posterior.

¹⁷ “Hoje em dia [...] a experiência da estagnação econômica deixa a maioria dos cidadãos apreensiva quanto ao futuro” (Mouk, 2018, p. 258).

Ademais, neste trabalho foi realizado um deslocamento da discussão referente à queda tendencial da taxa de lucro. Do seu *locus* originário na investigação da crise econômica, ela foi reivindicada para a discussão da crise do *welfare state* – e também, *estabelecida as devidas mediações*, para a discussão da crise da democracia.

Por fim, um ponto importante: o momento histórico atual é uma época de crises de alcance universal. A crise do capital – *fundante* das crises do *welfare state* e da democracia, além de outras não consideradas neste trabalho – é imprescindível na tematização e conhecimento dos distintos processos econômicos, políticos, ideológicos etc. em curso na atualidade. Caso ignorada, como geralmente acontece, esses processos só podem ser conhecidos de maneira parcial e insuficiente.

5. Bibliografia

- CARCHEDI, G. **The old is dying but the new cannot be born: on the exhaustion of Western Capitalism**. In: World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability (Org. CARCHEDI; ROBERTS). Chicago: Haymarket Books, 2018.
- ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do welfare state**. In: Lua Nova, n. 24. São Paulo: 1991. p. 85-116.
- FIORI, J. L. **Estado de bem-estar social: padrões e crises**. In: Physis, n. 7. Rio de Janeiro: 1997. p. 129-147.
- HAYEK, F. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HUWS, U. **Reinventando o Estado de bem-estar: plataformas digitais e políticas públicas**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2022.
- KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARCHANT, G.; STEVENS, Y. **Policy solutions to technological unemployment**. In: Surviving the Machine Age: intelligent technology and the transformation of human work (Org. HUGHES; LAGRANDEUR). Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 117-130.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, J. P. **A ofensiva neoliberal e seu significado**. *In: Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p. 73-97.

NUNES, A. J. A. **O keynesianismo e a “contra-revolução monetarista”**. *In: Boletim de Ciências Económicas*, v. 34. Coimbra: 1991.

NUNES, A. J. A. **Uma leitura crítica da atual crise do capitalismo**. *In: Boletim de Ciências Económicas*, v. 54. Coimbra: 2011.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROBERTS, M. A world rate of profit: import new evidence. **thenextrecession.wordpress.com**, 2022. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2022.

SARTORI, V. B. **Notas sobre a função do Estado no Livro I de O capital**. *In: Trabalho & Educação*, v. 30, n. 1. Belo Horizonte: 2021. p. 11-35.

YASCHA, M. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.